

Trajatória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais *tekoha guasu*

Tonico Benites¹

Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ)

Doutorando em Antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ)

Introdução

O objetivo deste artigo é explicitar a trajetória de reocupação (*jeike jey*) dos territórios tradicionais (*tekoha guasu*) executado pelas lideranças religiosas e políticas Guarani e Kaiowá. Articulado em rede, o movimento Guarani e Kaiowá, pela recuperação dos *tekoha guasu* desencadeou-se no seio da grande assembleia chamada *Jeroky e Aty Guasu*, a partir de meados de 1970, no sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Com a finalidade de explicitar a trajetória da reocupação dos territórios tradicionais feita pelos Guarani e Kaiowá, pretende-se, inicialmente descrever os processos históricos de colonização de territórios indígenas por parte da política indigenista do Estado brasileiro e na sequencia, procura-se relatar como se deu a articulação e a tática das lideranças religiosas e políticas Guarani e Kaiowá para recuperar seus territórios tradicionais e reivindicar seu reconhecimento por parte do Governo e Justiça Federal.

A princípio, é importante destacar que tanto as memórias das lideranças idosas Guarani e Kaiowá quanto à documentação oficial do governo brasileiro, sobretudo através dos arquivos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), demonstram uma presença Guarani e Kaiowá muito antiga nas regiões dos rios Brilhante, Dourados, Apa, Amambai, Iguatemi, Mbarakay, Hovy e Pytã. Desta forma, os

¹Mestre em Antropologia Social em 2009 pela Universidade Federal do rio de Janeiro/Museu Nacional. Atualmente desenvolve pesquisa de doutorado na mesma instituição e mesma área, dedicando-se principalmente aos estudos sobre Guarani Kaiowá, em relação aos temas da educação escolar indígena, processos de demarcação de terras e política indígena.

tekoha guasu atualmente reocupados e reivindicados pelos Guarani e Kaiowá estão localizados nas margens destes rios.

Territórios *tekoha guasuna* concepção Guarani e Kaiowá

Antes de tudo, é fundamental compreender a definição de *tekoha guas*. *Tekoha*, na visão indígena, significa um espaço territorial de domínio específico, muitas vezes, de uma liderança de uma família extensa (*tey'i*). O termo *teko* significa o modo de ser e viver guarani e kaiowá; *ha* é definido como o lugar exclusivo onde a família grande pode realizar seu modo de ser – *teko*. A expressão *guasu* significa grande e amplo. Assim, *tekoha guasu* é um espaço territorial muito mais amplo e de uso de várias famílias extensas e de várias lideranças religiosas e políticas. *Tekoha guasu* poderia ser entendido então como uma rede de *tekoha* que inclui diversos espaços compartilhados de caça, de pesca, de coleta, de habitação, de ritual religioso e festivo, constituindo-se como o palco das relações intercomunitárias. Desta forma, *tekoha guasu* é definido como uma vasta rede operante de alianças políticas intercomunitárias e matrimoniais. Este espaço territorial muitas vezes é delimitado por micro-bacias hidrográficas. Dessa forma, a categoria de *tekoha guasu* é atualmente compreendida como um amplo território em rede e não apenas como pequenas ilhas de terras isoladas e delimitadas pelos órgãos indigenistas do Estado Brasileiro, como, por exemplo, Postos Indígenas ou as Reservas Indígenas criadas pelo SPI entre 1910 e 1930.

É fundamental lembrar que até o final da segunda metade do século XX, diversas famílias extensas guarani e kaiowá, aliadas entre elas, ainda habitavam determinados lugares exclusivos aonde ainda havia recursos naturais, como rios e córregos para pescar e fontes d'água para o consumo. Na proximidade das habitações indígenas, além de suas lavouras tradicionais, mas também na floresta e no campo era possível encontrar caças, árvores frutíferas, plantas medicinais, mel, etc. Desta forma, até meado de 1930, várias famílias extensas Guarani e Kaiowá ainda viviam de modo autônomo nos seus *tekoha* e *tekoha guasu* antigos, onde não passavam miséria. Pertenciam exclusivamente a um lugar nas margens dos rios e se distanciavam de 15 a 20 km dos *tekoha* das outras famílias extensas com quem mantinham relações de troca.

Processo de retirada ou expulsão dos Guarani e Kaiowá de seus territórios

As fontes documentais demonstram que o primeiro processo de retirada ou expulsão dos Guarani-Kaiowá de seus territórios iniciou-se com a política de povoamento e colonização da faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. Assim, a primeira "invasão" dos territórios Guarani-Kaiowá ocorreu, sobretudo, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Os documentos históricos evidenciam que a

política oficial de povoamento da faixa de fronteira avançou, primeiramente, aos territórios guarani e kaiowá.

No período subsequente à guerra, na década de 1880, o Estado brasileiro começou a abrir a região para o capital privado e concedeu uma enorme concessão de terras para a Cia. Matte Larangeira, permitindo a ela a exploração exclusiva da erva-mate nativa na região em que estavam localizados os *tekoha guasu* dos indígenas. Com isso, iniciou-se uma nova forma de mediação com os Guarani e Kaiowá baseada, sobretudo, na mão-de-obra para o trabalho da extração da erva-mate. É pertinente observar que até a década de vinte, mais ou menos, a empresa Cia. Matte-Laranjeira acabou protegendo involuntariamente os territórios Guarani e Kaiowá, visto que como tinha o monopólio da exploração da erva-mate, ela impedia a penetração de outros colonos na região. Até a metade da segunda década do século XX, pode-se dizer que os Guarani e Kaiowá não sofreram significativas mudanças na ocupação dos seus territórios, uma vez que apenas os integrantes das famílias extensas eram engajados de forma periódica nos trabalhos de extração da erva-mate e posteriormente na derrubada das matas. Desta forma, puderam permanecer nos seus territórios tradicionais.

Foi somente a partir das décadas de 1950 e 1960 que teve início um novo período mais violento de retirada das famílias indígenas de suas habitações. Esse novo período é marcado tanto pelo fim do monopólio da Cia. Matte-Laranjeiras quanto pelo aumento do loteamento da região quando se abre a região para a instalação de inúmeras fazendas privadas.

É importante observar, no entanto, que desde o ano de 1915, as primeiras Reservas Indígenas no atual Estado de Mato Grosso do Sul, foram instituídas pressionando os indígenas a se transferirem para o interior delas. Contudo, foi só a partir da década de 1970 que se assistiu ao maior processo de expropriação das terras de ocupação tradicional dos Guarani e Kaiowá, em favor de sua titulação privada. As terras indígenas foram consideradas como “terra devoluta” e “terra vazia” e por isso o território tradicional Guarani-Kaiowá se tornou objeto legal de comércio do Governo. Neste contexto histórico, os Guarani-Kaiowá foram progressivamente expulsos de seus territórios tradicionais. Dessa maneira, ao longo de boa parte do século XX, o governo brasileiro passou a comercializar os territórios tradicionais guarani e kaiowá localizados no atual Cone Sul de Mato Grosso do Sul. Os compradores dessas terras começaram a explorar a mão de obra indígena e depois os expulsaram de suas habitações, passando a devastar a floresta e a construir fazendas sobre esses mesmos espaços.

Entre as décadas de 1950 e 1970, nessa operação histórica de expulsão dos Guarani e Kaiowá de seus territórios, envolveram-se os novos compradores das terras com agentes políticos locais, missionários e militares. Estes agentes passaram a operar com violência no atual sul de Mato Grosso do Sul e contaram também com a participação de funcionários dos órgãos indigenistas do Estado, como o antigo SPI e, posteriormente, a atual FUNAI.

Como ficou evidente, no início da segunda metade do século XX, o processo de colonização oficial do sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul entrou numa nova fase e se intensificou bastante. Desta forma, inúmeras comunidades Guarani e Kaiowá começaram a ser expulsas de seus territórios antigos, tendo sido transferidas e confinadas em oito Reservas Indígenas criadas entre 1915 e 1930 pelo SPI. Para o governo, essas reservas eram consideradas como os únicos espaços oficiais destinados aos indígenas.

É importante destacar que, por conta do processo histórico oficial de colonização dos territórios Guarani-Kaiowá, aproximadamente quinze mil indígenas dos que hoje reivindicam seus *tekoha guasu* tradicionais encontram-se residindo ou nas margens das rodovias (BR) ou nas pequenas áreas reocupadas e retomadas. Além desses, aproximadamente trinta mil outros indígenas, ou seja, a maioria dos Guarani e Kaiowá estão assentados nas oito Reservas Indígenas e nas nove Terras Indígenas que foram oficialmente demarcadas respectivamente pelo SPI entre 1915 e 1930 e pela FUNAI, a partir da década de 1980. É relevante considerar que o Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul apresenta hoje a maior população indígena do Brasil. São aproximadamente quarenta e seis mil indivíduos, pertencentes às etnias Guarani e Kaiowá que estão distribuídas em áreas de tamanhos variados, boa parte delas em conflito, totalizando somente quarenta mil hectares de área em diferentes etapas de regularização fundiária (demarcadas, identificadas, em acampamentos aguardando reconhecimento do Governo Federal, etc.).

Iniciativa de articulação e luta de várias lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus antigos territórios

Como ficará evidente no item subsequente, exatamente diante desta situação fundiária complicada e conflituosa, que se originaram, desde o final da década de 1970, as primeiras iniciativas de articulação e luta de várias lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus antigos territórios. As narrações de várias lideranças religiosas e políticas evidenciam que as realizações dos grandes rituais religiosos (*jeroky guasu*) e das grandes assembleias intercomunitárias (*aty guasu*) foram, e ainda são fundamentais para os líderes políticos e religiosos se envolverem nos processos de reocupação de seus territórios tradicionais específicos.

Jeroky é o termo usado para se referir a um ritual religioso Guarani e Kaiowá, sendo que *guasu* significa grande. Neste sentido, o *jeroky guasu* pode ser traduzido como um grande ritual religioso coordenado por líderes religiosos (*ñanderu*) que, nesta ocasião, entram em contato com os diversos deuses (*ñanderungusuhyapua*) e guardiões (*ñanderyke'yoveravavyjara*) de todos os seres localizados no cosmos Guarani e Kaiowá para buscar o apoio e a intervenção divina nos problemas enfrentados aqui na Terra. Desse modo, a realização dos *jeroky guasu* deve ser vista como um grande encontro

entre líderes espirituais (*ñanderu*), seus auxiliares (*yvyra'ija*) e os demais indígenas (homens, mulheres, crianças, jovens). Tal encontro começou a ocorrer com mais periodicidade a partir dos anos 1970. São nestes contextos rituais que emerge a força para lutar e que se elaboram as táticas e as estratégias para reocupar os territórios tradicionais perdidos.

Por sua vez, a expressão *Aty* significa reunião ou encontro, sendo que *guasu*, como já dissemos, equivale à grande. Desta forma, *Aty Guasu* pode ser definido como uma grande assembleia ou encontro onde também se juntam muitas lideranças políticas e religiosas de diversas famílias extensas (*tey'i*). Trata-se de uma forma de articulação e organização política intercomunitária e interfamiliar de lideranças que compõe as famílias extensas dos diversos *tekoha* e *tekoha guasu*. Durante as assembleias *Aty Guasu* são discutidas e tomadas decisões importantes que afetam a todos, como decisões sobre a reocupação de parte dos territórios tradicionais. Os *Aty Guasu* são pensados como o principal foro de discussão e de decisão política articulada entre as lideranças políticas e religiosas das famílias extensas Guarani e Kaiowá que pretendem reocupar os seus territórios tradicionais. Os *Aty Guasu* são realizados trimestralmente no interior dos territórios reocupados contando não somente com a participação dos moradores das áreas recuperadas como também das lideranças organizadoras do *Aty Guasu* que vêm de diversas outras áreas indígenas do Mato Grosso do Sul. É fundamental destacar que a atuação e a valorização dos saberes dos *ñanderu* Guarani e Kaiowá foram e são sempre vitais nos processos de reocupação de parte dos territórios tradicionais. Tal ação se dá através dos rituais religiosos (*jeroky*) realizados por eles.

Como ficou evidente, foi a partir da década de 1970 que as várias lideranças das famílias extensas expulsas de seus territórios, que viviam ou nas margens da estrada ou nas "reservas indígenas", começaram a se articular. Já ao longo de 1980 e 1990 começaram a reocupar e retomar seus primeiros territórios antigos com o claro objetivo de pressionar a identificação e regularização de outros espaços reivindicados. Essa situação de conflito perdura até os dias de hoje com grau extremo de violência.

As táticas de reocupação dos territórios tradicionais (*Jeike Jey*) são discutidas e deliberadas amplamente pelas lideranças religiosas e políticas organizadas através do *Aty eJeroky Guasu*. A expressão *Jeike* citada acima significa "entrar", "ocupar", "enfrentar" ou "afrontar". E *Jey* tem o significado de "repetir", "ativar" novamente ou uma vez mais. Por essa razão, o termo *Jeike Jey* é definido como uma resposta ou reação organizada através do *Aty Guasu* frente à expulsão violenta das famílias extensas de seus territórios, objetivando reocupar e recuperar esses territórios perdidos em favor dos fazendeiros. Dessa forma, *Jeike Jey* é sempre o resultado da articulação política e da luta religiosa de lideranças das famílias extensas para retornar aos seus antigos espaços territoriais. *Jeike Jey* envolve os líderes políticos e religiosos que participam dos grandes rituais religiosos (*jeroky guasu*), sendo e que são fundamentais para efetivar o processo de reocupação e retomada dos territórios perdidos. *Jeike*

Jey também é visto como uma forma de resistência contra as violências dos fazendeiros, em uma atuação permanente e insistente através da ação dos *ñanderu* durante os rituais religiosos. A ação dos líderes religiosos é vista como uma técnica de luta ou de guerra para que os indígenas tenham êxito nos processos de enfrentamento com os pistoleiros das fazendas, sobretudo no momento de reocupação dos territórios tradicionais.

Os primeiros processos de reocupação e retomada dos territórios tradicionais ocorreram, de fato, a partir do final da década de 1970 e início da de 1980. Posteriormente, o movimento de reocupação continuou durante os anos 1990 sempre através de uma rede articulada de lideranças religiosas e políticas que estavam vinculadas ao *Aty Guasu*. O processo de reocupação e retomada das terras tradicionais na década de 1990 ocorreu em certos casos diante da demora na identificação, demarcação, homologação e devolução das Terras Indígenas pelo Governo Federal. Em outros casos, quando as terras já estavam identificadas e demarcadas, o processo de reocupação se dava pela judicialização do processo demarcatório que atrasava a devolução total e definitiva das terras Guarani e Kaiowá já identificadas e reconhecidas pelo Estado brasileiro.

Foi nesses contextos que se desencadeou a articulação das lideranças religiosas e políticas para reivindicar a regularização das terras tradicionais. Ao mesmo tempo, as lideranças religiosas (*ñanderu*) passaram a sagrar no seio da *Jeroky ha Aty Guasu* quais seriam as ações e táticas específicas de reocupação das terras, indicando e orientando as famílias envolvidas no processo de reocupação sobre quais eram as formas mais seguras de atuar. Conforme os depoimentos dos indígenas envolvidos em diversas reocupações, as táticas que foram deliberadas pelo conjunto de *ñanderu* nos *Jeroky Guasu* realizados na década de 1970 foram postas em prática nas décadas de 1980, 1990 e 2000 e são válidas até os dias de hoje.

É importante compreender que todas as famílias extensas que foram expulsas de seus territórios tradicionais ao longo do século XX apresentam uma vontade profunda de retornar ao seu *tekoha* antigo. Por isso, as lideranças articuladoras das famílias extensas passaram a se interessar em participar dos rituais religiosos (*jeroky*) e dos *Aty Guasu*, uma vez que nestes espaços são socializados nomes, experiências e a localização de *tekoha* antigos que foram involuntariamente abandonados e que se pretende recuperar atualmente. Além disso, essas lideranças já se apresentam articuladas internamente nas *Aty Guasu* para fazer a reocupação de seus *tekoha* antigos, solicitando assim o apoio (*ñomoiru ha pytyvõ*) de outras lideranças religiosas e políticas articuladoras do *Aty Guasu*. O significado da expressão *ñomoiru ha pytyvõ* é muito importante para se compreender a articulação dessas diversas lideranças. *Ñomoiru* significa, por exemplo, "se articular", "se juntar em grupo", "se proteger", "ser companheiro (a)". A expressão *Pytyvõ* pode ser traduzida por "prestar apoio", "cooperar", "dar força", "encorajar", "escotar", etc. Nesse sentido, *Ñomoiru ha Pytyvõ*, é definido como uma série de táticas que são postas em prática no momento de reocupação e retorno aos territórios antigos.

Ñomoiru ha Pytyvõ é o resultado de vários anos de articulação das lideranças religiosas e políticas no seio da *Aty Guasu* e do *Jeroky Guasu*.

Foi em 1979, durante a realização do primeiro grande ritual religioso (*Jeroky Guasu*) e da primeira grande assembleia (*Aty Guasu*), que começou o processo de articulação *Ñomoiru ha Pytyvõ* para a reocupação e retomada dos territórios tradicionais. Esse processo perdura até os dias de hoje. Nessas ocasiões e encontros específicos, os líderes religiosos explicam repetidamente que a realização simultânea de ritual religioso (*jeroky*) é fundamental para recuperar o diálogo com os seres invisíveis e os guardiões dos *tekoha* antigos. Estes seres são divindades supremas que pertencem ao cosmo (*yvaga*) Guarani e Kaiowá. Os *ñanderu* declararam que somente através do *jeroky* permanente é possível buscar essa comunicação, apoio e intervenção de seus parentes invisíveis e guardiões da terra, rio e floresta para recuperar e retomar os territórios tradicionais que foram abandonados por conta das expulsões. Além dessa exigência vital decretada durante os *Aty* e *Jeroky Guasu* desde os anos 1970, os líderes religiosos demandam rigorosamente a participação coordenada dos rezadores durante o processo de reocupação e retomada dos *tekoha* tradicionais. Por essa razão fundamental, o conjunto dos líderes religiosos (*ñanderu*) e de seus auxiliares (*yvyra'ija*) estão sempre envolvidos em todas as ações de retomada.

Já durante a realização do primeiro *Jeroky ha Aty Guasu* no ano de 1979, as lideranças religiosas determinaram que ao longo do processo de reocupação dos *tekoha* antigos era necessária e fundamental a participação direta de todos os integrantes das famílias extensas envolvidas na reocupação da terra antiga, incluindo as crianças, os homens, as mulheres e os idosos. Assim, a equipe de frente que coordena a reocupação de um território é sempre composta por rezadores e rezadoras, seus auxiliares, lideranças políticas, idosos e crianças. Dos integrantes dessa equipe de frente é exigida a participação permanente nos rituais religiosos durante vários meses e anos. Esses rituais têm por objetivo principal proteger e preparar os envolvidos na reocupação para que mantenham bom contato com os seres invisíveis e os guardiões do *tekoha* abandonado, uma vez que eles irão manter novamente contatos com os seres visíveis e invisíveis existentes no *tekoha guasu*. Por isso, de quatro a cinco dias antes da efetivação da retomada, todos os integrantes da equipe de frente devem obrigatoriamente participar do ritual religioso (*jeroky*) por um período de três ou quatro noites realizados em frente do altar sagrado (*yvyra'iMarangatu*), molhando o centro da cabeça com água (*yary*) feita com a casca e folha do cedro, planta nativa sagrada para os Guarani-Kaiowá. Esta cerimonia religiosa de batismo (*mongarai*) serve para que os batizados sejam reconhecidos pelos seus antepassados e para que eles se protejam dos seres invisíveis e dos guardiões maléficos existentes no lugar. Na última noite, antes do grupo se deslocar em direção a área a ser retomada, os membros da equipe de frente devem se pintar ou tingir parte do corpo e do rosto de urucum (*yruku*). Pelo respeito e honra de seus antepassados, todos os homens devem segurar com força o arco e flecha e o porrete

tingido (*yvyrapara*) e jurar a reocupação do *tekoha* antigo. Durante as noites, normalmente durante toda a madrugada, os rezadores movimentam seus chocalhos (*mbaracá*) e as mulheres batem lentamente seus *takuapu*, um pedaço do caule de taquara. Depois de quatro ou cinco dias de reza, na última noite, o rezador faz um discurso final no qual autoriza a partida dos envolvidos na reocupação da terra, dando orientações importantes para o êxito da empreitada.

Importa destacar que a reocupação dos territórios antigos sempre ocorreu após a última noite de ritual religioso, sempre durante a madrugada. Eles se deslocam a pé em direção da terra antiga indicada, sempre localizada a uma distância de 30 a 40 km da “reserva indígena” e da cidade mais próxima de onde os indígenas partiam. No momento da partida, cada integrante do grupo deve levar consigo seus pertences pessoais assim como alguns gêneros alimentícios, pedaço de lona para armar barraca e utensílios e instrumentos rituais de proteção. Uma vez a reocupação da terra efetuada, os integrantes do grupo começaram a caçar e pescar no interior do *tekoha* reocupado, buscando alimentação para os integrantes do grupo.

Os depoimentos de diversas lideranças religiosas e políticas confirmam que, a partir do final da década de 1970 até os dias de hoje, as lideranças engajadas na reocupação (*ñemoiru ha pytyvõ*) usam rigorosamente as mesmas táticas que foram decretadas pelos *ñanderu* durante os primeiros *Jeroky ha Aty Guasu* da década de 1970. Com essas táticas e estratégias já foram reocupadas mais de duas dezenas de territórios tradicionais. Todos os processos de reocupação desses *tekoha* antigos foram coordenados pelos líderes religiosos e políticos. Em todas as terras indígenas antigas reocupadas é construído um altar sagrado (*yvyra’iMarangatu*) pelos rezadores Guarani e Kaiowá onde é realizado com frequência rituais religiosos (*Jeroky*) e assembleias (*Aty Guasu*). É importante relembrar, como já foi dito antes, que a partir de 1979 as lideranças articuladas, reivindicantes das terras tradicionais, começaram a se reunir trimestralmente nas *Aty Guasu*, buscando discutir e deliberar a respeito das reocupações e das retomadas. Ao mesmo tempo, no seio de cada *Aty Guasu*, os líderes e os articuladores políticos também começaram a elaborar documentos escritos e petições (*kuatiañe’e*) destinadas ao governo e à justiça federal. Nestes documentos formulam por escrito as reivindicações, indicando a delimitação aproximada das terras antigas. Assim, uma das táticas mais recentes para pressionar o governo federal sobre a demarcação das terras antigas é a solicitação de audiências com autoridades federais em Brasília, capital do país. Nessas ocasiões são entregues vários documentos escritos (*kuatiañe’e*) às autoridades federais (presidente da FUNAI e ministro da justiça). Para isso, comitivas de lideranças religiosas e políticas se deslocam do Mato Grosso do Sul à Brasília. Essas viagens das lideranças indígenas à Brasília ocorrem esporadicamente, a cada seis meses. Em todas essas viagens também vão os líderes religiosos (*ñanderu*) que antes da audiência realizam os rituais religiosos (*jeroky*) no interior dos gabinetes das autoridades federais. Essa prática esporádica de viagem tem por objetivo cobrar e pressionar a demarcação dos territórios tradicionais.

Considerações finais

É fundamental registrar que no seio da primeira *JerokyeAty Guasu* realizada no ano de 1979, os líderes religiosos determinaram que a realização do ritual religioso (*jeroky*) seria imprescindível para tratar da recuperação das terras perdidas, visto que na concepção Guarani e Kaiowá o *tekoha* antigo, o rio e a floresta são compostos por seres visíveis, invisíveis e guardiões com quem os indígenas devem saber conviver em harmonia, de forma equilibrada, mantendo uma boa relação de diálogo e respeito mútuo para não serem prejudicados dentro das áreas reocupadas. Tal interação dos indígenas com o território ocorre através desses rituais, permeados de cantos e rezas. Assim, a prática do ritual religioso (*jeroky*) é obrigatória no processo de reocupação dos *tekoha guasu* antigos. Esse ritual religioso faz parte das táticas de reocupação, sempre coordenado pelo conjunto das lideranças religiosas, experientes *ñanderu*. Dessa forma, todos os integrantes Guarani-Kaiowá envolvidos na reocupação da terra devem participar com frequência desses rituais religiosos para se protegerem dos seres visíveis e invisíveis maléficos e ao mesmo tempo para manter uma boa relação com os espíritos guardiões de seus antepassados que fazem parte dos territórios tradicionais.

Por fim, é relevante destacar que tanto as lideranças religiosas e políticas dos *Jeroky ha Aty Guasu*, quanto os integrantes das famílias extensas (crianças, mulheres, homens e idosos) dos territórios antigos já foram isolados, atacados e retirados com a violência pelos pistoleiros das fazendas e às vezes pelas autoridades policiais do Estado a mando da justiça. Porém, os indígenas expulsos e violentados voltam a reocupar e a retomar os seus territórios antigos. Além disso, nesse contexto de reocupação, desde a década de 1980, centenas de indígenas estão ameaçados de morte e mais de duas dezenas de lideranças religiosas e políticas já foram assassinadas de modo cruel pelos pistoleiros contratados por donos das fazendas em decorrência do processo de conflito desencadeado pelas reocupações dos territórios tradicionais. Apesar dessas violências históricas exercidas contra os líderes guarani, kaiowá e membros das famílias extensas articuladas dentro dos *Aty guasu*, as lideranças religiosas continuam realizando o ritual religioso (*jeroky*) e continuam articulando os movimentos de reocupação de seus territórios tradicionais *tekoha guasu*.

Referências

- BARBOSA DA SILVA, Alexandra. *Mais além da 'aldeia': território e redes sociais entre os Guarani do Mato Grosso do Sul*. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2007.
- BENITES, Tonico. *A escolar indígena na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2009.
- BRAND, Antonio. *O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowa/Guarani: Os difíceis Caminhos da Palavra*. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre. 1997.
- ESTIGARRIBIA, A. M. V. *Relatório da Inspeção do Estado do Mato Grosso*. SPI, Documentação do Museu do Índio, Rio de Janeiro. 1928.
- MELIÀ, Bartomeu; GRUNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. Los Paî-Tavyterã: etnografia Guarani del Paraguai contemporâneo. *Separata del Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*, Centro de Estudios Antropológicos de La Universidad Católica, Assunción, v. 9, n. 1-2, 1976.
- MONTEIRO, Maria Elisabeth B. *Relatório e levantamento histórico sobre os índios Kaiowá situados no estado de Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1981.
- MURA, Fabio. *À procura do "bom viver": território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá*. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro. 2006.
- PAULETTI, Maucir; FEENEY, Michael; SCHNEIDER, Nereu; MANGOLIM, Olívio. Povo Guarani e Kaiowá: uma história de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. In: CIMI; CPI-SP; PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO (Orgs.). *Conflitos de direitos sobre as terras Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Palas Athena, 2001. 487 p.
- PEREIRA, Levi Marques. *Parentesco e organização social kaiowá*. Dissertação (mestrado) - Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes. 1995. 335p.
- THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. *O projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro. 1991.

Recebido em 9 de Maio
Aprovado em 16 de Maio